

Sul América Serviços de Saúde S.A.

CNPJ 02.866.602/0001-51



Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Serviços de Saúde S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2019, acompanhadas das respectivas notas explicativas e relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e compreendem as normas emitidas pela ANS e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa ANS nº 435 emitida em 23/11/2018. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma, estas demonstrações financeiras não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. **1. Conjuntura econômica:** Ao final de 2019, a economia brasileira apresentava sinais de retomada de crescimento. Ao longo do ano, diversos impactos – evento Brumadinho, crise na Argentina, desaceleração global – prejudicaram um processo mais firme de recuperação. Fatores pontuais impulsionaram o crescimento no segundo semestre, com destaque para a liberação dos saques do FGTS/PIS, que, ao lado de uma melhoria das condições financeiras, favoreceram a expansão do crédito e incrementaram o consumo das famílias. Os investimentos também ganharam força no período, beneficiados pela elevação da confiança dos empresários, que se seguiu à aprovação da reforma da Previdência e ao anúncio de uma agenda de medidas com reformas focadas no endereçamento do quadro fiscal brasileiro. Com essa recuperação relativa à economia, que iniciou 2019 em ritmo lento, deve encerrar o ano com uma expansão do PIB entre 1,0% e 1,2%. O ano de 2019 deixou também heranças positivas que devem contribuir para um ambiente mais favorável à sustentação do crescimento. A expectativa é que a inflação em 2020, medida pelo Índice Geral de Preços ao Consumidor (IPCA), seja menor do que a de 2019, que foi afetada por diversos choques de preços no final do ano, cujos efeitos devem arrefecer ao longo de 2020. A taxa

básica de juros da economia (Selic) recuou de 6,5% no início do período para 4,5% em dezembro/2019, refletindo o quadro de inflação mais confortável e o crescimento econômico moderado. Houve uma mudança importante no padrão de crescimento da economia brasileira em 2019. De uma expansão comandada por gastos públicos e crédito oficial, conforme visto em retomadas anteriores, passou-se para um crescimento dirigido pelos investimentos privados e pelo consumo das famílias. Esse comportamento, mais saudável e sustentável se comparado a ciclos anteriores, elevou as expectativas para o crescimento do PIB em 2020, denotando um ambiente mais positivo para o ano.

2. Principais Informações Financeiras:

(R\$ milhões)	2019	2018	Δ
Contraprestações efetivas	2.240,1	1.881,6	19,1%
Eventos indenizáveis líquidos	-2.179,6	-1.821,0	-19,7%
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	60,6	60,6	-0,1%
Resultado bruto	48,9	51,9	-5,7%
Resultado financeiro líquido	21,2	17,7	19,5%
Resultado antes dos impostos e participações	37,6	38,5	-2,3%
Resultado líquido	23,2	24,9	-6,9%

3. Comentário sobre o desempenho: Em 2019 as contraprestações efetivas totalizaram R\$2.240,1 milhões, 19,1% acima do ano anterior. Os eventos indenizáveis líquidos representaram uma despesa de R\$2.179,6 milhões, um aumento de 19,7% em comparação a 2018. O resultado das operações com planos de assistência à saúde somaram, dessa forma, R\$60,6 milhões, apresentando estabilidade em relação ao ano anterior. Neste exercício, o resultado líquido no final do período foi de R\$23,2 milhões, uma redução de 6,9% em relação à 2018.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais)

Ativo	Notas	2019	2018	Passivo	Notas	2019	2018
Circulante	-	717.009	598.864	Circulante	-	391.264	304.310
Disponível	-	14.676	3.989	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	10	304.801	244.990
Realizável	-	702.333	594.875	Provisão de eventos a liquidar para SUS	-	1.221	1.040
Aplicações financeiras	5	355.321	289.649	Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	-	303.580	243.950
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	-	341.606	256.684	Débitos de operações de assistência à saúde	-	31.354	17.720
Aplicações livres	-	13.715	32.965	Comercialização sobre operações	-	-	1
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	332.028	277.362	Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde	-	31.354	17.719
Contraprestações pecuniárias a receber	-	332.028	277.362	Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	-	14.988	6.876
Créditos tributários e previdenciários	8	4.099	3.218	Provisões	-	2.539	1.830
Bens e títulos a receber	7	8.156	24.594	Provisões para IR e CSLL	-	428	3
Despesas antecipadas	-	2.729	52	Provisões para ações judiciais	13,2	2.111	1.827
Não circulante	-	81.734	67.484	Tributos e encargos sociais a recolher	-	15.480	19.828
Realizável a longo prazo	-	67.617	55.339	Débitos diversos	11	22.102	13.066
Créditos tributários e previdenciários	8	34.495	31.769	Não circulante	-	17.016	15.316
Títulos e créditos a receber	-	10.625	-	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	10	2.742	2.616
Ativo fiscal diferido	8	12.118	14.390	Provisão de eventos a liquidar para o SUS	-	2.098	2.046
Depósitos judiciais e fiscais	13,1	10.379	9.180	Provisão de eventos/sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	-	644	570
Investimentos	9	14.065	12.079	Provisões	-	13.897	7.459
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial	-	14.065	12.079	Provisões para ações judiciais	13,2	13.897	7.459
Outros investimentos	-	14.065	12.079	Tributos e encargos sociais a recolher	-	5.241	4.878
Imobilizado	-	4	5	Tributos e contribuições	13,2	-	363
Imobilizado de uso próprio	-	4	5	Parcelamento de tributos e contribuições	-	-	363
Imobilizado – Não Hospitalares / Odontológicos	-	4	5	Débitos diversos	11	377	-
Intangível	-	48	61	Patrimônio líquido	14	390.463	346.722
Total do ativo	-	798.743	666.348	Capital social	-	307.914	282.000
				Reservas	-	82.518	64.842
				Reservas de lucros	-	82.518	64.842
				Ajustes de avaliação patrimonial	-	31	(120)
				Total do passivo	-	798.743	666.348

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo em 01/01/2018	282.000	2.663	43.191	45.854	61	-	327.915
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(181)	-	(181)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	24.902	24.902
Proposta da destinação do lucro líquido:	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	1.245	-	1.245	-	(1.245)	-
Reserva estatutária	-	-	17.743	17.743	-	(17.743)	-
Dividendos mínimos obrigatórios na proporção de R\$0,52 (em reais) por lote de mil ações	-	-	-	-	-	(5.914)	(5.914)
Saldo em 31/12/2018	282.000	3.908	60.934	64.842	(120)	-	346.722
Aumento de capital sendo R\$5.914 com montante de dividendos mínimos obrigatórios e R\$20.000 em dinheiro, conforme AGO nº de 28/03/2019, com a emissão de 857.369.565 novas ações ordinárias	25.914	-	-	-	-	-	25.914
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	151	-	151
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	23.182	23.182
Proposta da destinação do lucro líquido:	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	1.159	-	1.159	-	(1.159)	-
Reserva estatutária	-	-	16.517	16.517	-	(16.517)	-
Dividendos mínimos obrigatórios na proporção de R\$0,45 (em reais) por lote de mil ações	-	-	-	-	-	(5.506)	(5.506)
Saldo em 31/12/2019	307.914	5.067	77.451	82.518	31	-	390.463

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional: A Sul América Serviços de Saúde S.A., denominada "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo, na Rua dos Pinheiros nº 1.673, 8º andar, Pinheiros, autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) a funcionar com planos privados de assistência à saúde na segmentação médica hospitalar e/ou odontológica e a administração de serviços médicos, assim como planejamento, assessoria e coordenação de planos de saúde e de outros benefícios, assessoria e regulação na liquidação de sinistros no ramo de planos de assistência médica e/ou hospitalar, podendo participar de outras sociedades, observadas as disposições legais pertinentes. Em 09/11/2007, a Companhia foi credenciada como operadora de planos privados de assistência à saúde, junto à ANS, na modalidade de administradora de serviços com fins lucrativos. A Companhia tem como acionista a Sul América Companhia de Seguro Saúde (CIA SAÚDE), com 100% de ações ordinárias, e tem como controladora indireta a Sul América S.A. (SASA). A SASA é uma companhia de capital aberto, controlada pela Sulamer Participações S.A. (SULASAPAR), com 50,82% de ações ordinárias, 0,01% de ações preferenciais e 25,63% de participação total, e publicou em 21/02/2020 no jornal Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2019, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). O termo "SulAmérica" é usado para tratar o conjunto formado pela Sul América S.A. e suas controladas. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** 2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pela ANS e compreendem as normas emitidas pela ANS e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa ANS nº 435 emitida em 23/11/2018. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma, estas demonstrações financeiras não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. A Diretoria manifestou-se favoravelmente a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 26/03/2020. 2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção do seguinte item reconhecido nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (vide nota 5). 2.3. Moeda funcional e de apresentação: Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. 3.1. Resumo das práticas contábeis: As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: 3.1.1. **Auração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: • As contraprestações líquidas, que correspondem aos valores repassados à Companhia, para pagamento dos custos dos planos de saúde administrados, são contabilizadas com base nas faturas apresentadas pelos fornecedores à Companhia e apresentadas como receita, na demonstração do resultado; • Os eventos indenizáveis, que correspondem aos custos dos planos de saúde administrados, são constituídos pelo valor das faturas apresentadas pelos prestadores de serviços, sendo apresentadas, na demonstração do resultado, como despesas; e • A receita com taxa de administração de planos de assistência à saúde é reconhecida na medida em que os serviços são prestados e contabilizada com base nas faturas. 3.1.2. **Balanco patrimonial:** • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. 3.2. **Instrumentos financeiros:** 3.2.1. **Mensuração ao valor justo por meio do resultado:** Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, baseada na estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada. 3.2.2. **Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por contas a receber, mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. 3.3. **Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidos no resultado. 3.4. **Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado têm seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já ativos financeiros mensurados a valor justo têm perda após o reconhecimento inicial do ativo caso apresente efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. **Ativos não financeiros:** Os saldos dos ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. No caso de ativo ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual do ativo exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. 3.5. **Investimentos - participações societárias:** Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, combinado com os seguintes aspectos: • Nas demonstrações financeiras, as participações acionárias em controladas e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; e • O ágio decorrente de aquisição com fundamento econômico de expectativa de rentabilidade futura é classificado em investimentos na demonstração financeira da Companhia. 3.6. **Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento do imposto de renda e da contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos em até 02 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançado pela mesma autoridade tributária. 3.7. **Passivo circulante e não circulante:** 3.7.1. **Provisão de eventos a liquidar:** A Provisão de eventos a liquidar é constituída para a cobertura dos valores a pagar por eventos já avisados até a data-base das demonstrações financeiras, compreendendo: • O valor das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada da ALAE, calculada com base nos avisos de eventos. 3.7.2. **Provisões para ações judiciais:** A Companhia constitui provisões

para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis, trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelos consultores legais independentes, acompanhada pelo Departamento Jurídico interno e pela Administração da Companhia. 3.7.2.1. **Cíveis e trabalhistas:** No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cujo pedido é recorrente e relacionado ao negócio, adicionalmente à estimativa do valor e classificação do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda e o desembolso financeiro. Caso o processo judicial cível seja classificado como relevante, ou seja, possuir pedidos e valores não usuais, de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Relevantes da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, por pedido. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo IPCA, no caso dos processos cíveis, ou pela Taxa Referencial (TR), no caso dos processos trabalhistas, ambos com a incidência de juros de 10,74% ao ano (10,59% em 2018). As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza cível não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, assim como as trabalhistas, estão contabilizados no passivo circulante e não circulante na rubrica "Provisões judiciais". Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, em rubrica própria, e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, pela taxa da SELIC para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente. 3.7.3. **Benefícios pós-emprego:** Os benefícios mantidos pela Companhia compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) e seguro saúde. Os custos com o PGBL são reconhecidos no resultado pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com seguro saúde são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos atuariais de acordo com o método da unidade de crédito projetada e outras premissas. 3.7.4. **Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorre primeiro. A Diretoria, ao elaborar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pela Diretoria é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente aos dividendos mínimos obrigatórios é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. 3.8. **Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro de ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Valor justo das aplicações financeiras mensuradas ao valor justo através do resultado (nota 5); • Movimentação dos créditos e débitos tributários (nota 8); e • Provisões para ações judiciais (nota 13). 3.9. **Normas emitidas e revisadas:** 3.9.1. **Normas Internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):** **Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou os efeitos não foram materiais sobre as demonstrações financeiras:** • IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos financeiros – Em vigor a partir de 01/01/2018, com isenção opcional para entidades que emitem contratos de seguros (IFRS 4 / CPC 11). O referido pronunciamento ainda não foi aprovado pela ANS. A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas aplicáveis às operações da Companhia que passaram a ser aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2019: • IFRS 16 / CPC 6 (R2) – Arrendamento mercantil – Em vigor a partir de 01/01/2019. O referido pronunciamento ainda não foi aprovado pela ANS. As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações: • Alterações ao CPC 18 – Investimento em coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto – Em vigor a partir de 01/01/2019; • IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamentos de imposto de Renda – Em vigor a partir de 01/01/2019; • Ciclo de melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS), Ciclo de 2015 – 2017 - Alterações às IFRS 3 e 11 sobre participações detidas anteriormente em operações conjuntas, à IAS 12 sobre consequências tributárias dos pagamentos de instrumentos financeiros classificados como patrimônio e à IAS 23 sobre custos elegíveis à capitalização – Em vigor a partir de 01/01/2019; e • Alterações ao IAS 19 (CPC 33 R1) – Os planos de benefícios a empregados da SulAmérica não tiveram alteração, redução ou liquidação. Dessa forma, a alteração do IAS 19 não tem efeito para a Companhia. **Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2019 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia:** Uma série de novas normas estará efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras, assim como não planeja adotar estas normas de forma antecipada. Espera-se que as seguintes normas possam ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial: • IFRS 17 – Contratos de seguros – Em vigor a partir de 01/01/2021 – A ANS ainda não aprovou tais normativas, portanto ainda não há previsão de data de adoção de tal normativo pelas empresas reguladas por tal autarquia. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações. • Definição de um negócio (Emendas ao IFRS 3 – Combinação de negócios) – Em vigor a partir de 01/01/2020; • Definição de materialidade (Emendas ao IAS 1 e IAS 8) – Em vigor a partir de 01/01/2020; e • Alteração da estrutura conceitual – Em vigor a partir de 01/01/2020. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS, assim como a ANS, não aprovou todos os pronunciamentos já emitidos pelo CPC. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para empresas supervisionadas pela ANS. **4. Gestão de riscos:** O processo de gestão de riscos ("Enterprise Risk Management – ERM") da SulAmérica tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos avaliando seus controles e garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite e riscos vigentes. A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e procedimentos definidos em Solvência II. Este processo é executado em fases integradas e contínuas descritas da seguinte forma: • **Identificação dos riscos:** Processo de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo

4. Distribuição do resultado:

Descrição (R\$ milhões)	2019	2018
Lucro antes dos impostos e participações	37,6	38,5
(-) Impostos e contribuições	-12,1	-11,8
Participações	-2,3	-1,8
Lucro líquido do exercício	23,2	24,9
Constituição da reserva legal	-1,2	-1,2
Lucro líquido ajustado	22,0	23,7
Dividendos mínimos obrigatórios	5,5	5,9
25% do lucro líquido ajustado	5,5	5,9
Saldo dos dividendos obrigatórios:	5,5	5,9
Destinação:		
Constituição de reserva estatutária	16,5	17,7

5. Investimentos: Em 31/12/2019, a Companhia mantinha investimentos diretos na Sharecare Brasil Serviços de Consultoria LTDA no montante de R\$14,1 milhões. **6. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento":** A Companhia não possui ativos classificados na categoria "mantidos até o vencimento". **7. Acordo de Acionistas:** A Companhia não é parte de acordos de acionistas.

São Paulo, 26 de março de 2020.

A ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Notas	2019	2018
Contraprestações efetivas	-	2.240.130	1.881.592
Receitas com operações de assistência à saúde	-	2.246.444	1.887.512
Contraprestações líquidas	15,1	2.246.444	1.887.512
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	-	(6.314)	(5.920)
Eventos indenizáveis líquidos	-	(2.179.569)	(1.820.974)
Eventos conhecidos ou avisados	15,2	(2.179.569)	(1.820.974)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	-	60.561	60.618
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde	-	(4.201)	8.993
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	-	2.408	2.060
Outras receitas operacionais	15,4	2.408	2.060
(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde	-	(7)	(6)
Outras despesas oper			

Sul América Serviços de Saúde S.A. | CNPJ 02.866.602/0001-51

continuação		2019		2018	
Descrição					
(Constituição) / reversão de provisão para ações judiciais cíveis e outras operações de seguros		(3.815)	(7.211)		
Serviços técnicos de seguros		(2.785)	(2.422)		
(Constituição) / reversão da provisão para riscos de crédito		(1.704)	(1.729)		
Honorários de auditoria/consultoria médica		(3.153)	(3.966)		
Outros		(5.787)	(4.434)		
Total		(9.838)	(19.759)		
15.6. Resultado financeiro líquido por categoria:					
Descrição		2019	2018		
Títulos e valores mobiliários		18.626	17.841		
Valor justo por meio do resultado		18.626	17.841		
Operações com assistência à saúde		2.264	1.160		
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais		(714)	(739)		
Outros		999	(541)		
Total		21.175	17.721		
Receitas financeiras:		2019	2018		
Descrição		2019	2018		
Valorização de cotas de fundos de investimentos		18.626	17.841		
Operações com assistência à saúde		2.275	1.160		
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais		572	166		
Outras		2.873	1.555		
Total		24.346	20.722		
Despesas financeiras:		2019	2018		
Descrição		2019	2018		
Operações com assistência à saúde		(11)	-		
Desvalorização de cotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados		-	(7)		
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais		(1.286)	(905)		
Outras		(1.874)	(2.096)		
Total		(3.171)	(3.008)		
15.7. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social calculados com base nas alíquotas oficiais estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:					
Descrição		2019	2018		
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social		37.636	37.636	38.530	38.530
Despesas com imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais		(9.409)	(3.387)	(9.633)	(3.468)
Alíquota nominal		25%	9%	25%	9%
Corretas:					
Ações:					
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais		(272)	(98)	(2.227)	(802)
Despesas indutíveis		(1.121)	(47)	(786)	(50)
Provisão para redução do valor recuperável		(223)	(80)	-	(148)
Provisões não dedutíveis		(1.616)	(225)	(3.424)	(1.000)
Subtotal		(2.222)	(225)	(3.424)	(1.000)
Exclusões:					
Atualização de depósitos judiciais		6	2	7	2
Resultado positivo com equivalência patrimonial		496	179	862	310
Reversão de provisões não dedutíveis		-	-	1.350	486
Reversão da provisão para redução ao valor recuperável		1.455	524	-	-
Reversão da provisão sobre participações nos lucros		587	210	433	156
Outras		30	6	43	8
Subtotal		2.574	921	2.695	962
Prejuízo fiscal e base negativa:					
Compensações		385	248	3.122	1.054
Constituição (reversão) de		385	248	3.122	1.054
Redução de incentivos fiscais		567	-	524	-
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente		(7.499)	(2.443)	(6.716)	(2.452)
Diferidos:					
Reversão de crédito tributário sobre prejuízo fiscal / base negativa		(378)	(245)	(3.113)	(1.051)
Crédito tributário sobre diferenças temporárias		(1.207)	(356)	1.078	462
Débito tributário sobre atualizações de depósitos judiciais		(6)	(2)	(7)	(2)
Despesas com imposto de renda e contribuição social diferido		(1.591)	(603)	(2.042)	(591)
Despesas com imposto de renda e contribuição social		(9.090)	(3.046)	(8.758)	(3.043)
Alíquota efetiva		24,15%	8,09%	22,73%	7,90%
Alíquota efetiva combinada		32,24%	10,24%	30,63%	10,24%
16. Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes alocados diretamente no resultado abrangente:					
Descrição		2019	Total		
Base de cálculo		229	229		
Imposto de renda		(57)	(57)		
Contribuição social		(21)	(21)		
Total		(78)	(78)		
Líquido		151	151		
Descrição		2018	Total		
Base de cálculo		(274)	(274)		
Imposto de renda		69	69		
Contribuição social		24	24		
Total		93	93		
Líquido		(181)	(181)		

Diretoria: Diretor Presidente - Gabriel Portella Fagundes Filho; **Diretores Vice-Presidente:** André Luiz Lauzana dos Santos; Cristiano Donisete Barbieri; Marco Antonio Antunes da Silva; Patrícia Quirico Colmo; Raquel Reis Correa Giglio; Ricardo Bottas Dourado dos Santos; **Diretores(as):** Alessandra Maia Marinho Basile; Christian Rogério Menezes; Emil Andery; Erika Fuga Rossi; Fabiane Reschke; Gilson Bochemitsan; Heitor Augusto Pereira Barbosa; José Carlos dos Santos Vieira; José Henrique Pimentel de Melo; Luciano Macedo de Lima; Marcelo Suman Mascaretti; Marco Antonio Neves; Reinaldo Amorim Lopes; Renato Raposo; Ricardo Augusto de Campos Soares; Solange Zaqueu Thompson Motta; e Tereza Vilas Boas Veloso.

Contador: Ivandro de Almeida Oliveira - CRC-RJ-076.168/O-7; **Atuária:** Manuelle Maggessi Garcez - MIBA/MTP/2244

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

As Acionistas, Conselheiros e Administradores da Sul América Serviços de Saúde S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Serviços de Saúde S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Serviços de Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as

demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2020

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Roberto Paulo Kenedi
Contador
CRC nº 1 RJ 081401/O-5



NTK Solutions S.A.

CNPJ nº 05.471.416/0001-01

Relatório da Administração: Srs. Acionistas, Apresentamos as Demonstrações Financeiras da NTK Solutions S.A. ("Sociedade" ou "NTK") referentes ao exercício findo em 31/12/2019. As Demonstrações Financeiras Individuais (da Controladora) foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

Balanço Patrimonial		Balanco Patrimonial		Demonstrações de Resultado		Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido		Demonstrações dos Fluxos de Caixa			
Nota	31/12/2019	31/12/2018	Nota	31/12/2019	31/12/2018	Nota	31/12/2019	31/12/2018	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Ativo Circulante	23.663	8.111	Passivo Circulante	65.405	81.516	Receita líquida de venda de mercadorias e serviços	13	30.497	21.988		
Caixa e equivalentes de caixa	5	15.410	Emprestimos e financiamentos	9/16	36.849	1.959	14	(10.774)	(15.205)		
Estoque	265	1.320	Fornecedores	10	1.028	1.000	13	30.497	21.988		
Contas a receber	6	3.700	2.916	10	17.204	74.711	13	30.497	21.988		
Despesas antecipadas	859	262	Obrigações sociais e trabalhistas	9	9.762	2.868	13	30.497	21.988		
Partes relacionadas	16	3.229	-	16	34.335	-	13	30.497	21.988		
Outros ativos	221	-	Outros passivos	11	210	702	13	30.497	21.988		
Ativo não circulante	232.922	188.675	Passivo não circulante	169.659	75.134	Resultado de equivalência patrimonial	10/12	(19.838)	(1.067)		
Partes relacionadas	16	293	Emprestimos e financiamentos	9	64.334	8.932	10/12	(19.838)	(1.067)		
Impostos a recuperar	7	74.944	67.830	10	41.000	66.202	10/12	(19.838)	(1.067)		
Despesas antecipadas	795	-	Passivos com partes relacionadas	16	64.335	-	10/12	(19.838)	(1.067)		
Depósitos judiciais	19	-	Patrimônio líquido	11	21.311	40.136	10/12	(19.838)	(1.067)		
Investimentos	10	146.589	116.921	Ações em tesouraria	(34.335)	-	11	80.100	-		
Imobilizado	8	2.801	3.534	Reserva de Capital	34.335	34.335	11	(30.000)	-		
Intangível	8	7.774	97	Prejuízos acumulados	(55.046)	(20.656)	11	34.335	-		
Total do ativo	256.585	196.786	Total do passivo e patrimônio líquido	256.585	196.786	Lucro antes do resultado financeiro	(43.835)	(28.283)			

ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado de liquidez divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando custos de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todas devidamente aderentes aos preços praticados no período. O valor de mercado contempla o risco de crédito do emissor (ajuste de spread de crédito). Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados pro rata diu, com base na variação do índice e nas taxas de juros pactuadas, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período. As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perda temporária, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo. Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo da aquisição, atualizados pelos rendimentos de taxa de operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários. **Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As contas a receber de clientes representam os valores a receber pela licença de uso de software no curso normal das atividades. Caso o prazo de recebimento seja equivalente a um ano ou menos, são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Os saldos de contas a receber, valores acima de 90 dias são baixados contra a provisão existente. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas esperadas na realização dos créditos. **Ativo permanente:** Intangível: Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da NTK ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente a softwares desenvolvidos internamente, autorizados pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado e é incidente sobre o valor amortizável (correspondente ao custo de aquisição deduzido do valor residual, quando aplicável), a partir da data de disponibilização do ativo intangível para uso. O valor residual desses ativos, quando aplicável, é revisado anualmente ou quando há alterações significativas nas premissas utilizadas. **Investimento:** As participações em coligadas e controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Os outros investimentos permanentes estão avaliados pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, de provisão para perdas. **Imobilizado de uso:** Registrado pelo custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear com base no prazo de vida útil econômica dos bens. A amortização é calculada pelo método linear com base nos prazos estimados de utilização e/ou de locação. **Vida útil média estimada**

Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Aparelhos de telecomunicações	5 anos
Equipamentos de informática em poder de terceiros	5 anos
Softwares	5 anos

Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do Balanço, reconhecidos em base pro rata diu. **Tributos:** Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Alíquotas Vigentes	2019	2018
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%) - IRPJ	9%	15%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	De 2% a 5%	3%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	3% e 7%	6,65% ou 1,65%
Contribuição para Seguridade Social - COFINS	3% e 7%	
Programa de Integração Social - PIS/PASEP	0,65% ou 1,65%	

Conforme inciso XXV do artigo 10 da Lei nº 10.833, de 2003, empresas de serviços de informática estão sujeitas ao regime de apuração cumulativa de PIS e COFINS, ainda que seja o contribuinte tributado pelo lucro real. Sendo assim, as receitas de informática são tributadas pelo regime cumulativo, já as demais receitas são apuradas pelo regime não-cumulativo. **Ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25, e seguem as seguintes regras: Ativos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem

mais recursos, caracterizando o ganho como certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro ativo. Os seus contingentes cuja expectativa de feito é provável são divulgados nas notas explicativas. Passivos contingentes - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial e consequente desmonte de caixa para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. A definição de probabilidade de perda é uma estimativa baseada na opinião de assessores jurídicos e de administração, na natureza das ações, similaridade com processos anteriores e complexidade dos tributos. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo apenas serem divulgados em notas explicativas, desde que sejam identificados relevantes. Os passivos contingentes classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação em notas explicativas. **Outros ativos e passivos:** Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base pro rata diu e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pro rata diu.

Caixa e equivalentes de caixa:

Composição:

Caixa e bancos	1.565	1.592
Aplicações financeiras em fundos de investimentos	13.577	2.019
Aplicações financeiras em CDB	43	2
Aplicações automáticas	25	-
Total	15.410	3.613

6. Contas a receber: Composição:

Prestação de Serviços	5.382	3.218
Venda POS	29	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (I)	(1.711)	(302)
Total	3.700	2.916

(I) Para o cálculo da provisão para crédito de liquidação duvidosa, foram considerados os seguintes percentuais sobre o total de títulos a receber vencidos: 50% de 1 a 180 dias; 75% de 181 a 270 dias; e 100% de 271 a 360 dias.

7. Impostos a recuperar: Composição:

Impostos sobre faturamento	390	249
Outros impostos a recuperar	77	45
IRRF sobre aplicações financeiras	97	32
Saldo negativo de IRPJ e CSLL	59	59
Prejuízo fiscal	74.321	67.445
Total	74.944	67.830

8. Imobilizado e Intangível: Movimento:

Saldo em Adi-Depreciação/ Saldo em	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2019
Máquinas e equipamentos	56	10	(8)	(14)
Móveis e utensílios	519	771	-(215)	1.075
Aparelhos de telecomunicações	19	17	-(11)	25
Equipamentos de informática	5			